

*Dom Eugênio de A. Sales*

**E**MBORA o papel específico da Igreja seja espiritual, há inúmeras situações outras que exigem sua presença. Isto decorre da própria natureza humana — corpo e alma — e da missão confiada por Cristo a seus discípulos. A eles — leigos ou não —, em graus diversos e até diferentes, cabe fazer germinar a semente do Evangelho ou o bom fermento da doutrina cristã na sociedade. Em consequência, surgem profundas transformações — profundas e benéficas — na ordem temporal. Permanece inalterada a distinção entre os dois campos, o civil e o religioso, mas a autonomia não é ferida quando o cristão, recebida a mensagem evangélica, a põe em prática na vida particular e pública.

Exatamente dentro dessa perspectiva, a Arquidiocese do Rio de Janeiro, através de sua Comissão Pastoral dos Meios Culturais, promove os encontros de líderes e pessoas que detêm parcela de poder decisório. Nessa ocasião, usa da liberdade de transmitir idéias. Para isso, reúne membros de uma profissão ou indivíduos em torno de um problema e lhes proporciona um questionamento da consciência à luz dos ensinamentos de Jesus.

Na sexta-feira e sábado, 13 e 14 de fevereiro, realizou-se o XXXIX Encontro desse gênero. Os participantes eram, desta vez, senadores e deputados federais, oriundos de doze Estados da Federação. Ao contrário de outras reuniões, para esta foram convidados somente católicos, integrantes da Assembléia Nacional Constituinte.

Eis o objetivo perseguido: "Oferecer uma oportunidade para que possam refletir sobre os desafios que enfrentarão, como constituintes católicos, na defesa dos grandes princípios e valores cristãos, na Assembléia Nacional Constituinte" (Programa do Encontro).

Antes de fazer os convites, a Comissão de Apoio, formada por um senador e dois deputados de partidos diferentes, e a Comissão Pastoral dos Meios Culturais consultaram, por meu intermédio, os arcebispos de cada capital dos Estados.

A Arquidiocese do Rio de Janeiro, com o apoio de Dom José Freire Falcão, arcebispo de Brasília, assu-

miu a responsabilidade da iniciativa e teve como texto de referência a Declaração Pastoral da 24ª Assembléia do Episcopado Brasileiro, denominada "Por uma nova ordem constitucional".

O ensinamento da Igreja, ao ser exposto, alerta o parlamentar para o inalienável dever decorrente de sua Fé católica, em relação à Carta Magna a ser elaborada. Grave é a responsabilidade dos que detêm parcelas de poder, na condução das coisas temporais, em uma perspectiva cristã. Por isso, o Concílio Vaticano II (*Gaudium et Spes*, nº 75) se refere à "difícil e, ao mesmo tempo, nobilíssima arte política, preparem-se para ela e procurem exercê-la, esquecidos do proveito próprio e de vantagens materiais".

Cabe à hierarquia proporcionar a necessária e adequada formação dos leigos, respeitar-lhes a autonomia no campo que lhes é próprio e ajudá-los no cumprimento do seu papel na construção do Reino de Deus. Exatamente esse foi o motivo da reunião e a norma observada. Aliás, o Papa João Paulo II, a 9 de janeiro último, falando aos bispos da Sardenha, insiste: "Torna-se necessário estimular entre os leigos a consciência de serem chamados, em virtude do próprio batismo, a colaborar para a difusão do Reino de Deus no mundo. Isto supõe uma aprofundada obra de catequese e um constante apoio no caminho formativo, que favorece o crescimento de cristãos amadurecidos."

Dentro desse horizonte, em plenário e nos grupos de estudo, buscaram os senadores e deputados presentes uma resposta a duas perguntas: "Que a Igreja espera dos constituintes católicos?" e "Que os constituintes esperam da Igreja?" E, em consequência, quais os caminhos a serem percorridos, que medidas concretas, objetivas, que pontos inegociáveis, estratégias a serem usadas.

Um trabalho do laicato em um assunto de sua competência — era a característica do encontro. E nada lhes foi pedido e, muito menos, imposto. Por outro lado, tiveram esclarecida a consciência sobre matérias importantes. Entre elas, o Nome de Deus na Constituição; o respeito à vida e, portanto, a formal rejeição do aborto; o significado da escola particular, como salvaguarda da de-

mocracia e liberdade de escolha, por parte dos pais; a necessidade do ensino religioso nos estabelecimentos oficiais; a assistência pastoral nos quartéis e penitenciárias; o mal do controle da natalidade e o direito à paternidade responsável, quando por métodos naturais; o uso do solo urbano e a reforma agrária, dentro de uma visão cristã; o conceito do trabalho, segundo a doutrina social da Igreja, com a supremacia do homem sobre a máquina, a indissolubilidade do vínculo matrimonial. Estes e vários outros itens.

Impressionei-me com o nível dos participantes. Como eles, sei que há inúmeros, no Parlamento, o que, sem favor, honra o Poder Legislativo. Costuma-se julgar as instituições pelas sombras, pois elas sempre surgem onde se levanta o homem. A justiça, contudo, determina que uma apreciação tome em consideração também a luz existente, sem a qual a própria obscuridade não seria devidamente observada.

Encontrei parlamentares despojados de suas posições partidárias e sociais, buscando com simplicidade os rumos do Evangelho. E não eram apenas palavras, pois saíram do Sumaré com data, horário e local marcados para, em Brasília, examinarem a multiplicação da boa semente, colocada por Deus em suas inteligências e corações.

Por ocasião do encerramento, fiz referência à importância da ajuda espiritual, em meio às múltiplas dificuldades no exercício do mandato. Por isso, esta Arquidiocese, no dia da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, solicitou às paróquias do Rio de Janeiro que fossem realizadas, não apenas preces na Santa Missa do domingo, 1º de fevereiro, mas também outros atos de piedade, a fim de que o Senhor iluminasse os parlamentares.

Nós, cristãos, confiamos ilimitadamente em Jesus Cristo. Entretanto, Ele age por nosso intermédio. Assim, com orações, apoiemos os leigos católicos, os cristãos de outras denominações e homens de boa vontade para que, reunidos, possam enfrentar o Mal e implantar o Bem na elaboração do novo texto constitucional.

Dom Eugênio de Araujo Sales é cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro